



O IHGMG e os parâmetros para a escrita da História mineira (1907 – 1927)

Mariana Vargens Silva
Graduanda em História – UFMG
marianavargens@gmail.com

RESUMO: Este artigo tem por objetivo recuperar os elementos definidores dos projetos historiográficos para a escrita da história mineira formulados pelos membros do *Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais* (IHGMG), desde sua criação, em 1907, até 1927, período em que se pretende iniciar uma nova fase dentro da instituição. O *Arquivo Público Mineiro*, criado anos antes do *Instituto Histórico*, em 1895, teve a função de recolher os documentos importantes para a história do Estado. Faltava agora uma instituição que se dedicasse exclusivamente à redação desta história e aqueles que se dispuseram a esta “nobre tarefa” tinham objetivos políticos muito claros em mente. Os fundadores do IHGMG possuíam a demanda de construir uma história que conseguisse justificar a posição de prestígio ocupada pelo Estado dentro da nascente República brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: História da historiografia, Instituto Histórico, Minas Gerais.

ABSTRACT: This article aims to recover the defining elements of historiographical projects for the writing of Minas Gerais history expressed by members of the *Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais* (IHGMG), since 1907 until 1927, a period in which wanted to start a new phase within the institution. The *Arquivo Público Mineiro* created years before the IHGMG, in 1895, had the task of collecting the important documents to the history of the State. Now lacked an institution that is devoted exclusively to the writing of this story, and those who agreed to this "noble task" had very clear political objectives in mind. The founders of IHGMG had the demand to build a story that could justify the prestigious position occupied by the State within the nascent Brazilian Republic.

KEYWORDS: History of Historiography, Historical Institute, Minas Gerais.

Introdução

São relativamente recentes os esforços no sentido de se compreender a produção dos institutos históricos como parte integrante da historiografia brasileira. Relegados à margem quando da criação dos cursos universitários de história, a produção destas associações foi muito mais criticada do que conhecida, ao menos quanto ao que vai além do *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (IHGB). O objetivo do nosso trabalho passa pela ideia de reconhecer os esforços realizados por uma das associações estaduais, o *Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*, dentro de suas características específicas.

Estamos, portanto, de acordo com Margarida dos Santos Dias, quando ela afirma que:



“A história factual, descritiva, desprovida de análises profundas, tem sido muito criticada. Vulgarmente denominada positivista, muitas vezes nem chegou a tal. Na realidade toda a historiografia factualista tem sido menosprezada, sem, contudo essa atitude proceder de uma avaliação real do seu poder de influência, de suas ligações com políticas oficiais (...) e mais ainda, sem saber até que ponto atende a determinados anseios da sociedade.”¹

A ideia da criação de institutos históricos nas províncias do Império já constava no estatuto do IHGB desde sua criação, em 1838. Entretanto, como afirma Lúcia Paschoal Guimarães, o que houve foi uma “inversão nos planos traçados pelos fundadores do IHGB, que imaginaram a expansão da ‘Casa da Memória Nacional’ de dentro para fora, promovida por sua própria iniciativa” e na prática o que tivemos foi a solicitação das províncias para a fundação ou o reconhecimento destas filiais pelo IHGB, tido como “matriz” do Rio de Janeiro.² Os dois primeiros institutos estaduais de que se tem notícia a solicitarem este reconhecimento foram o do Rio Grande do Sul, criado em 1853 e refundado em 1860, e o *Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*, que surgiu em 1862. Após a Proclamação da República, no entanto, há a criação de vários institutos estaduais ao longo do território nacional. Apenas para citar alguns exemplos, temos neste momento a criação de institutos históricos no Ceará, 1887; na Bahia, em 1894; em São Paulo, 1895; Santa Catarina, 1896; Rio Grande do Norte, 1902; Paraíba, 1905; e em Minas Gerais, 1907.

Com a instauração da República, as antigas *províncias* passam ao estatuto de *estados* que compunham a Federação. A maior autonomia dos estados era um desejo amplamente reivindicado no movimento republicano, influenciado pelo positivismo de Augusto Comte, que defendia a ideia de “pequenas pátrias”³. Contudo, mesmo com a aparente vitória política, a sociedade passa por um momento de incertezas quanto ao futuro. Neste momento de conflito, era preciso construir uma identidade forte, que definisse o Estado perante os demais, mostrando, inclusive, como se inseria de maneira destacada e ativa na grande história do país, e, em alguns casos, mais do que isso: mostrar como a história daquele estado era propriamente a parte mais significativa da história do Brasil republicano. Para esta tarefa, os intelectuais do período foram buscar no passado elementos que

¹ DIAS, Margarida Maria Santos. *Intrepda ab origine: o IHGP e a produção da história local (1905-1930)*. João Pessoa: Almeida Gráfica e Editora, 1996, p.19.

² GUIMARÃES, Lúcia Paschoal. “*Debaixo da imediata proteção de sua majestade imperial*”: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838 – 1889). 387 f. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, Programa de Pós-graduação em História Social, São Paulo, 1994, p. 172-173.

³ IGLESIAS, Francisco. Prefácio à reedição de Diogo de Vasconcelos. In: VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga das Minas Gerais*. Vol.1 4ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.



permitted explain what was happening in the present, and, with base in this explanation, to project a future to the height of its aspirations. It is valid to remember, still, that the IHGB also passed through reformulations in this period, adapting to the new regime.

In this context, historical institutes emerge, heirs of the *modo de fazer* history of the IHGB, but seeking to distance themselves from the idea of construction of a “general history of Brazil”, which already did not satisfy its federalist expectations. This article seeks to present some essential points of the historiographical proposal of the *Instituto Histórico Mineiro* and our temporal scope covers the period that extends from the moment of its creation, in 1907, to 1927, when it is intended to begin a new phase within the institution⁴. Thus, we will be able to verify the initial proposal of the founders and, subsequently, the evaluation of the members themselves in front of the work carried out up to that moment, in a period that saw the need to rethink their practice.

We would like to make some reservations before moving on to the next part. We will not deal here with a homogeneous group, with a clear historical or line of thought. For entering these proposals we will leave aside generalizations – in the measure of the possible. What we seek is to understand this group in its diversity, and for this we do not deal with the need to frame them in that model. However, it is possible to perceive, we do not give up the idea of “group”, and we clarify that we conceive it as such from the idea of “place” coined by Michel de Certeau. In his *A escrita da história*⁵, Certeau talks about the “historiographical operation”, which is the “relationship between a *lugar* (...), *procedimentos* of analysis (...) and the construction of a *texto*”⁶. For this work, however, we will prioritize the idea that is difficult, or “impossible”, in the words of Certeau, “analyze the historical discourse independent of the institution in function of which it organizes”⁷. The “social place” places in evidence the relationship between the production of our mine intellectuals and the political medium, from which they are originators, and still the choice they made of the form “historical institute” to write their history, once that, more than to determine “procedures” of analysis, the institutes of history create a space from which the speech is authorized.

⁴ Alargaremos pontualmente este recorte sempre que se fizer necessário questionar as supostas mudanças desta nova fase.

⁵ CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

⁶ _____. *A escrita da história*, p. 46.

⁷ _____. *A escrita da história*, p. 55.



É um conceito interessante para o nosso trabalho ainda em dois aspectos. No primeiro, pela ideia de que “o público não é o verdadeiro destinatário do livro de história”⁸, pois perceberemos que o “destinatário” da produção destes intelectuais/políticos são eles mesmos. A história é tida como uma ferramenta de auxílio para a solução de problemas a nível político ou social. E como são eles os governantes, é a eles quem mais interessa a produção historiográfica. Não que isto exclua certas iniciativas em se divulgar a história para a população, pois há a publicação de algum material em jornais e a comemoração de eventos cívicos que mobilizam a sociedade, mas esta relação é hierárquica, daquele que informa algo a quem não o sabe. Em segundo lugar, e para finalizar esta introdução, Certeau define uma ideia de lugar que nos dá liberdade para pensar na formação de subgrupos, uma vez que o lugar “também se demultiplica”⁹. Ressaltamos essa ideia, pois mesmo no nível da política, a trajetória de alguns integrantes do IHGMG foge do padrão de “republicano comum”, seja ele “adesista” (pós Abolição, portanto) ou “histórico”. O exemplo mais marcante é certamente Diogo de Vasconcellos, que possui uma longa tradição de defesa da Monarquia e da religião católica em Minas Gerais, mantendo-se um saudosista da monarquia mesmo após a Proclamação da República. Vasconcellos se afasta da militância política, mas a sua proposta historiográfica trará marcas da manutenção do seu tradicional conservadorismo.

A escrita da história mineira

A primeira investida no sentido da escrita da história em Minas Gerais – de maneira institucional e que tivesse uma duração significativa – não foi a criação do Instituto Histórico, mas sim a do Arquivo Público Mineiro (APM), em 1895. O APM tinha por objetivo reunir os documentos importantes para a escrita da história do Estado e dar início a esta tarefa. O primeiro diretor do Arquivo, José Pedro Xavier da Veiga, lança a obra *Efemérides Mineiras* (1897), já com o claro objetivo de construir uma história do Estado que o apresentasse enquanto sujeito histórico e não mais como uma parte constitutiva e sempre ligada ao plano de uma história geral do Brasil.¹⁰

A criação do Arquivo em Minas Gerais é de fundamental importância na vida do Instituto Histórico, uma vez que ambas as instituições irão compartilhar boa parte de

⁸ _____. *A escrita da história*, p. 56.

⁹ _____. *A escrita da história*, p. 52.

¹⁰ ARAÚJO, Valdeí Lopes de. MEDEIROS, Bruno Franco. A história de Minas como história do Brasil: o projeto historiográfico do APM. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Dossiê, v. XLIII, p. 22-37, 2007.



seus membros e também a revista na qual publicarão em seus anos iniciais. O IHGMG nasce com uma função complementar o APM – ou a própria História –, uma vez que “a obra patriótica do governo que fundou o Arquivo e que deu lugar ao opulento repositório as ‘Ephemerides Mineiras’, e a divulgação de um grande número de factos e documentos da nossa história, não devia ficar isolada”,¹¹ como afirma Augusto de Lima. Era necessário o surgimento de uma instituição que se dedicasse exclusivamente à sistematização da história do estado e que outorgasse a ela a força necessária para justificar a liderança política de Minas Gerais no cenário nacional¹².

O Instituto Histórico Mineiro é então criado a partir da iniciativa dos membros do Clube Floriano Peixoto, que era uma das várias associações republicanas do período e possuía forte tradição em relação às marchas cívicas e à defesa da memória dos “heróis” mineiros. De acordo com a historiadora Claudia Regina Callari, no dia 21 de abril de 1902 o Clube organizou uma “romaria cívica”, partindo de Belo Horizonte para Ouro Preto – terra sagrada que deu origem aos primeiros republicanos. Para Callari, que compara os projetos do IHGB com os do IHGMG e a recepção de sua produção quando da transição entre os regimes, a presença da religiosidade marcaria o trabalho dos membros do Instituto Mineiro, que não desprezaram os símbolos religiosos na elaboração do panteão cívico do Estado¹³. Também Ivana Parrela¹⁴ recorda das procissões guiadas pelo busto da República, que eram promovidas, em Belo Horizonte pelo Clube Floriano Peixoto, com intuito pedagógico.

O Instituto Mineiro pretende-se, no entanto, como o iniciador da escrita da história do estado de Minas Gerais, relegando à marginalidade as tentativas individuais anteriores, considerando-as como “crônicas esparsas” e “demasiadamente apaixonadas”. Os fundadores do *Instituto* possuíam o interesse de escrever uma história de caráter

¹¹ LIMA, Augusto de. Discurso. Ata da sessão de fundação do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, publicada na *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, ano/ volume 14, p. 3-16, 1909.

¹² Diferente do que acontece em outros institutos históricos, especialmente no caso daqueles da região nordeste do país, o IHGMG não compartilhava da necessidade de destacar o estado em uma posição relevante no cenário político nacional, uma vez que ele já havia conquistado tal prestígio. Vide a sucessão de presidentes na chamada “Política dos Governadores”, ou “Política do Café com Leite”, que abrange o período estudado.

¹³ CALLARI, Claudia Regina. Os Institutos Históricos: do patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 21, n. 40, p. 59-83, 2001.

¹⁴ PARRELA, Ivana D. *Entre arquivos, bibliotecas e museus: a construção do patrimônio documental para uma escrita da história da pátria mineira (1895-1937)*. 415 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em História, Belo Horizonte, p. 73, 2009.



profissional e que dialogasse com as referências historiográficas em voga no período. No momento da criação da instituição os discursos são unânimes em declarar que a criação do Instituto fazia falta ao estado, e boa parte deles complementa dizendo que ela se deu de forma tardia em relação a outros institutos estaduais, “menos ricos e influentes”, o que era um absurdo uma vez que, para eles, a história de Minas Gerais era a parte mais importante da história do Brasil.

Dentre os fundadores do Instituto Mineiro encontramos personagens como João Pinheiro, Diogo de Vasconcellos, Augusto de Lima, Nelson de Senna, Carlos Otoni e Júlio César Pinto Coelho – e a lista de nomes ligados à política mineira segue extensa! O forte vínculo entre a escrita da história e a dimensão política na historiografia brasileira de fins do século XIX e início do XX é uma ideia que já conquistou seu espaço entre os historiadores, especialmente após os trabalhos da socióloga Ângela Alonso, para a geração da década de 1870¹⁵, e da historiadora Ângela de Castro Gomes ao lidar com o IHGB¹⁶. Em conformidade com esta teoria, observamos que os fundadores do IHGMG pertenciam aos quadros da política, ainda que também exercessem outras funções, como as de jornalista e advogado. Predominantemente, ou seja, dentro do Instituto Histórico em questão, este vínculo fica explícito e marca do “lugar” de onde falam.

Não podemos nos esquecer da participação de membros do IHGB no momento de criação do Instituto Histórico Mineiro. Destacamos a presença de Max Fleiuss na sessão de inauguração do Instituto e Pedro Lessa, na fundação da associação. Max Fleiuss, secretário perpétuo do IHGB, esteve presente no dia 15 de agosto como convidado especial e proferiu um discurso que colocava a criação do IHGMG dentro dos planos do próprio IHGB, fazendo questão de recordar que constava no artigo 9º do primeiro estatuto do grêmio carioca a ideia de ramificar-se nas províncias do Império, para facilitar a reunião dos documentos necessários à escrita da história e ao desenvolvimento da geografia do Brasil – o que se deu de forma invertida, como já dissemos. A história é definida por Fleiuss como “elemento social mais decisivo”, servindo às necessidades concretas da sociedade, mesmo porque “a época das

¹⁵ ALONSO, Ângela. Crítica e contestação: o movimento reformista da geração de 1870. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 15, nº 44, out. 2000.

¹⁶ GOMES, Ângela de Castro. *A República, a História e o IHGB*. Belo Horizonte: Argymentvm, 2009.



banalidades literárias [...] passou” – a história deveria ser desenvolvida de maneira séria, pautada na razão, deixando para trás a visão da história como gênero literário, ideia que se remete à tradição greco-romana clássica. Para se enfrentar as mudanças que estavam acontecendo naquele momento, era necessário compreender profundamente a história, que “habitua à variação das formas sociais e dissipa os receios dessas mudanças”. Para Fleiuss o trabalho do historiador estava imbuído de tamanha importância que concorda com Oliveira Viana quando este afirma que até aquele momento “o Brasil tem tido (...) grandes *pesquisadores*, como Varnhagen, mas não possui ainda um grande *historiador*”¹⁷.

Fleiuss cita uma série de autores, dentre eles Xavier da Veiga, Augusto de Lima e Diogo de Vasconcellos, de quem os trabalhos realizados até aquele momento “são magníficos subsídios que poderemos oferecer ao definitivo historiador que não tardará”, deixando transparecer sua crença em uma história ou um historiador “definitivo”. Além do trabalho desses autores, a Revista do Arquivo Público Mineiro também oferecia os “subsídios” para a escrita da história mineira. Finalizando seu discurso, Fleiuss recordará um evento da história mineira que também aparece nos discursos de João Pinheiro e de Diogo de Vasconcellos, também proferidos na inauguração do Instituto. Referimo-nos à chegada dos bandeirantes paulistas, que para o historiador “oferecem margem para fecundas pesquisas”. Foram “invasões beneméritas”, pois tiveram como consequência a descoberta das riquezas da pátria.

De passagem por Minas Gerais, o mineiro Pedro Lessa, que vivia então em São Paulo, foi convidado para proferir um discurso na reunião de fundação do IHGMG, que ocorre pouco depois de o historiador tomar posse no IHGB¹⁸. Apesar de doente, ele comparece no dia, declarando que tinha grande prazer em acompanhar o desenvolvimento de sua terra natal. O discurso de Pedro Lessa traz reflexões interessantes para se compreender a visão que estes homens possuíam do “fazer história” no período.

¹⁷ FLEIUSS, Max. Discurso de Max Fleiuss no Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais – 15 de agosto de 1907. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 1928 [1927], tomo 101, vol. 155, p. 229-233. Grifo nosso.

¹⁸ Pedro Lessa contribuía com o IHGB desde 1901, mas a solenidade de sua posse ocorre apenas em 10 de junho de 1907. Apenas recordando, a sessão de fundação do IHGMG acontece no dia 17 de junho do mesmo ano, ou seja, sete dias após Lessa tomar posse no IHGB.



Para Lessa é quase uma “banalidade” afirmar que a criação do Instituto Histórico em Minas era algo importante, assim como não há “quem duvide que o olhar que se embebe no passado vê mais claramente o presente e chega a vislumbrar o futuro”. Neste ponto, ele faz um rápido levantamento historiográfico para, logo em seguida, definir o que entendia por história. Assim, mergulhado nas referências do classicismo greco-romano, Lessa afirma que, tanto para os gregos, quanto para os romanos, a história era a “mestra da vida”. Para Políbio, Plutarco e Cícero, ela era um gênero literário e possuía como finalidade a educação política e moral. Entretanto, “essa conceituação ingênua da história foi severamente desmentida pelo critério da exactidão e da fidelidade na averiguação dos factos humanos contrapostos a criação romantica dos seus primeiros cultores”. Desse modo, a história não era nem a “mestra da vida”, nem literatura, nem romântica, e possuía critérios objetivos a serem seguidos, como os da “exatidão” e da “fidelidade na averiguação dos fatos”.¹⁹

Todavia, logo em seguida, Lessa afirma: “mas a história continua mestra da vida, não se limita a reunir os fatos humanos, de cujo exame comparativo se induzem as leis sociológicas; proporciona ensinamentos práticos, lições de immediata utilidade, exemplos vivamente suggestivos, que os estadistas não podem deixar de aproveitar.”²⁰ A história é então entendida como este saber prático, uma forma de conhecimento metódico que possui seus critérios de investigação, mas deve visar abranger mais do que o campo intelectual, pois tem condições de fornecer aos governantes orientações para sua ação política. Lessa finaliza sua fala lembrando alguns problemas vividos naquele momento em Minas Gerais – sem querer ofender ao Presidente João Pinheiro, ele enfatiza – e dá a entender que poderiam ser solucionados com o auxílio da história.

Não é tarefa simples compreender o que Pedro Lessa pensava sobre a história. Identificado dentro dos parâmetros da “escola metódica” por Ângela de C. Gomes, Lessa tentava superar a visão greco-romana clássica da história como mero “gênero literário”, sem, contudo acreditar nela enquanto uma ciência, como a queria Buckle – pois não é próprio da história assumir as generalizações necessárias à ciência. O que fica claro é a função social atribuída por Lessa à história, não para “prever o futuro”,

¹⁹ LESSA, Pedro. Discurso. Ata da sessão de fundação do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, publicada na *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, ano/ volume 14, p. 8, 1909.

²⁰ _____. Discurso. Ata da sessão de fundação do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, p. 9.



mas para conhecer a sociedade, o que seria possível através do trabalho “com séries de processos lógicos (os indutivos e os dedutivos) e examinando-se e comparando-se os fatos, através do uso de documentos”.²¹

Sem mais considerações, façamos neste ponto o nosso prometido passeio pelas propostas historiográficas desses políticos e intelectuais – tal como se intitulavam –, por meio da análise de três discursos proferidos no momento de criação do IHGMG, sendo um da sessão de fundação (17 de junho de 1907), o de Augusto de Lima, e dois da sessão de inauguração (15 de agosto de 1907), os de João Pinheiro e Diogo de Vasconcellos. Acreditamos que esses discursos marcam a forma – ou as formas – da escrita da história dentro da instituição e que tornam possível, sem deixar de lado os diálogos com a produção externa – seja do IHGB, seja a nível internacional –, a fusão de modelos para a prática historiográfica em Minas Gerais, pelo menos até 1927.

Augusto de Lima e os combates pela história

Augusto de Lima é um dos nomes mais importantes para a História no cenário mineiro deste período, ao menos no que diz respeito ao incentivo à produção e à proteção dos documentos. Como representante do Clube Floriano Peixoto, ele abre seu discurso na sessão de fundação do IHGMG falando da necessidade de se criar o Instituto Histórico do Estado e recordando o longo processo que foi necessário para se chegar à efetivação deste projeto. Ele recorda também os esforços que tanto ele, quanto Nelson de Senna tiveram que investir nessa empreitada. De acordo com o já mencionado trabalho de Ivana Parrela, Lima defendia a ideia de criação do Instituto Histórico desde 1897²², antes portanto de tornar-se diretor do APM (1901-1910). Somente em 1907, o coronel Júlio César Pinto Coelho, sócio do Clube Floriano Peixoto, nomeou uma comissão de onze membros para organizar a associação, que se reúne pela primeira vez neste dia.

Assim, Lima reforça o que havia dito:

Senhores, já era tempo de Minas fundar seu areópago histórico, quando quasi todos os outros Estados da União já o fizeram. Não é demais recordar que Minas foi o foco mais intenso da formação da nossa nacionalidade, sendo a precursora dos eventos mais notáveis da nossa evolução político-social.²³

²¹ GOMES, Ângela de Castro. *A República, a História e o IHGB*. P. 40-52.

²² PARRELA, Ivana D. *Entre arquivos, bibliotecas e museus*, p. 73.

²³ LIMA, Augusto de. Discurso. Ata da sessão de fundação do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, publicada na *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, ano/ volume 14, p. 6-7, 1909.



Vemos aqui a intenção de se trabalhar com a história do Estado enquanto elemento mais significativo da história do país. Além de precursora dos eventos políticos, Lima faz questão de ressaltar a posição de Minas Gerais em relação ao negro, pois já em 1825, traçava-se no Estado um código humanitário que proibia a importação de africanos e o cativo de filhos de escravas e dos sexagenários - antes, portanto, da Lei de 1831.

Para além do excelente desempenho quanto à cultura social e a política, Minas Gerais se destacava nas artes, com Aleijadinho e seus “trabalhos imortais”; nas letras, com os grandes poetas da *Arcádia Ultramarina*; e na jurisprudência, pois aos mineiros coube a confecção do Código Criminal do Império, que era motivo de admiração das “nações civilizadas” da Europa – como de costume, o continente europeu aparece como padrão de civilidade a ser seguido.

Finalizando, Augusto de Lima resalta a importância de se manter uma relação com o APM, convidando os membros correspondentes do Arquivo para serem sócios do *Instituto*, e de se eleger o Presidente do Estado, João Pinheiro – que assistia a sua exposição – como Presidente do *Instituto*. Com um caráter mais administrativo, o discurso de Augusto de Lima não se aprofunda nas questões teóricas, limitando-se a ressaltar a importância da história mineira.

João Pinheiro e a necessidade prática da história

Enquanto um dos expoentes do Partido Republicano de Minas Gerais e Presidente do Estado, João Pinheiro é muito conhecido por sua ação política, tanto pelos investimentos que fez na educação do Estado – especialmente no desenvolvimento do ensino técnico –, quanto por sua defesa do liberalismo e por seus esforços em afastar a Igreja dos assuntos do Estado. Entretanto, buscamos recordar aqui suas contribuições intelectuais, pois foi um dos grandes incentivadores da produção historiográfica no Estado, além de leitor entusiasta e difusor das obras de Roosevelt²⁴.

O presidente do Instituto abre sua fala na sessão de inauguração do Instituto Histórico da seguinte maneira: “Ao Estado de Minas faltava, para a sistematização completa da sua vida social, a instituição que ora inauguramos.” Talvez o mais preocupado com o caráter prático da história, ele afirma que mais do que um prazer intelectual, a história deve servir “as fecundas e positivas cogitações da atualidade, na solução premente de problemas mais

²⁴ BARBOSA, Francisco de Assis. João Pinheiro e seu ideal republicano. In: *João Pinheiro: documentário sobre a sua vida*. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1966, p. 13-15.



necessários, que resguardecem o futuro, melhorando-o.” E completa dizendo que, “de par com os estudos propriamente da erudição, devem ser feitos e principalmente, os que visem uma utilidade humana, procurando, pela imparcial observação do passado, induzir leis que regulem o presente para que o futuro seja melhor que ambos.”²⁵ Infere-se desta fala a concepção de história como ferramenta de compreensão da sociedade que serviria como ponto de partida para a solução de problemas da atualidade – este é um traço marcante nesta historiografia que visa à construção de um novo estado e percebe a história como indutora de leis sociais. O caráter da imparcialidade, elemento caro para a historiografia do período, também se encontra presente na fala de João Pinheiro, como na maioria dos discursos do Instituto Mineiro, ainda que seja raro na prática.

João Pinheiro define a história como sendo a “marcha da Humanidade”, que passa por períodos gloriosos e períodos de decadência. Por isso, apesar de dizer que o estudo do passado nos remete ao entendimento de que devemos confiar “no Direito, na Justiça, na Liberdade, [e] no Bem”, João Pinheiro afirma que a história “assinala lições de prolongado aviltamento dos povos e nele o exemplo da desonra do homem e, por isso, não pode ser a ‘mestra da vida’.”²⁶ Observamos aqui um posicionamento que questiona a relação direta entre a disciplina histórica e o ensino dos bons costumes – a história começa a se afastar da ideia de *magistra vitae*, deixando de ser uma disciplina fundamentalmente moralizante.

Para finalizar seu discurso, João Pinheiro dá enfoque ao que talvez considerasse como o momento mais importante da história do Estado, que é o descobrimento de Minas Gerais pelos bandeirantes paulistas, assim como vimos com Max Fleiuss. Refere-se ao exemplo de luta e persistência que marcam a origem da vida no Estado e ao incomparável legado de força moral que os paulistas deixaram aos mineiros. João Pinheiro oferece ainda algumas referências de onde se devem buscar os documentos relativos ao período do descobrimento da “estremecida terra mineira”, que poderiam ser encontrados “nas reclamações dirigidas ao governo d’el-Rei, nas respostas de ultramar, nos roteiros, nas informações dos governadores sobre os descobrimentos felizes, como sobre as fundas desilusões dos garimpeiros sem riqueza, nas narrações das próprias lutas ensanguentadas”

²⁵ BARBOSA, Francisco de Assis. *João Pinheiro: documentário sobre a sua vida*. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1966, p. 248-50.

²⁶ _____. *João Pinheiro: documentário sobre a sua vida*, p. 249-250.



²⁷, ou seja, a história de Minas será encontrada nos momentos de conflito com a Corte e nas dificuldades e desilusões de seus primeiros habitantes.

João Pinheiro demonstra com sua proposta que, apesar de não ter se dedicado profundamente à escrita da história – talvez por estar mais interessado em “fazer história” –, era um leitor dedicado a esta e possuía uma boa noção – ou pelo menos apresentava uma proposta coerente para a época – de como deveria ser desempenhado o ofício do historiador.

Diogo de Vasconcellos e a “hermenêutica do cristianismo”

Passemos agora para o projeto historiográfico defendido por Diogo Luís de Almeida Pereira de Vasconcellos. Vasconcellos é eleito como orador perpétuo do Instituto Mineiro, ainda que possuísse um passado de militância em prol da monarquia. Membro ativo do Partido Conservador Mineiro e árduo defensor do catolicismo, o historiador não fazia questão de esconder sua admiração pelo passado imperial, mesmo após a Proclamação da República. Em 1893, no entanto, Vasconcellos se afasta do meio político e começa a se dedicar à escrita da história, publicando sua primeira grande obra, a *História Antiga das Minas Gerais*, em 1901, e reeditando-a ampliada em 1904.

Em seu discurso, também proferido na inauguração do IHGMG, o orador do Instituto inicia sua fala ressaltando a importância da criação do grêmio para o povo mineiro, que “sentia falta de se lhe erigir a oficina central do pensamento, na qual se cuidam com esmero de fortificar a sua homogeneidade, e de unificar os seus elementos étnicos tradicionais.”²⁸ Já aqui a história é apresentada como elemento unificador e homogeneizador da sociedade: estão suprimidos os conflitos e divergências. Talvez tenha sido por acreditar nesta teoria – e/ou pela recordação de seu passado político – que Vasconcellos tenha evitado escrever sobre a Conjuração Mineira.

O orador levanta uma longa lista de pensadores europeus que refletiram sobre a história, dos quais discorda em grande parte, dando mostras de sua experiência no campo. Como a prática na época não exigia a citação completa das referências, muitas vezes é difícil acompanhar as citações de Vasconcellos, mas sabemos que são majoritariamente autores de origem europeia. Vasconcellos traz para o discurso, por exemplo, a doutrina de Hegel, “que

²⁷ _____. *João Pinheiro: documentário sobre a sua vida*, p. 250.

²⁸ VASCONCELLOS, Diogo de. Discurso. Ata da sessão de inauguração do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, publicada na *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, ano/ volume 14, p. 213-214, 1909.



nos ensina que a história é a justificação divina, mostrando-nos como Deus se manifesta na vida coletiva dos homens”, mas o orador afirma que, se tudo fosse obra de Deus, o bem e o mal se igualariam o que torna a ideia inaceitável.²⁹

Achamos conveniente transcrever uma passagem do discurso do orador, ainda que demasiado extensa, com a finalidade de recuperar suas expressões e a maneira como ele desliza por diversas teorias da história. Sobre Augusto Comte, ele afirma:

Espírito genial, mas puramente científico, preocupado exclusivamente de fatos e algarismos, alma todavia leal, e honesta, no dizer de Guisot, Augusto Comte a seu turno se fez inovador e dogmaturgo. Sem se falar de sistema ateísta [...], o Mestre se apresentou fazendo descobertas, e propondo a história uma nova filosofia.

Mas, senhores, a maior descoberta de Comte resulta da semelhança com as três idades de Vico, e a sua crítica histórica iniciada desde os tempos de Santo Agostinho, coordenada por Volney, não excede em mérito à *Ciência Nova* daquele mesmo insigne Napolitano.

O sucesso do grande inovador se fez notável pelo emprego exclusivo do método experimental, pelas tendências materialistas do mundo vigente, e mais ainda pelo ceticismo metafísico de Kant, em meio das classes matemáticas e especulativas, que preferem sobre tudo os métodos *a priori*.

Proclamando o progresso, por fim, supre o ideal humano e para tanto invoca a história que trunca e desencadeia a propósito e a medida de conclusões antecipadas. Comte não pode alegar ter feito uma filosofia para a sua história, mas uma história para a sua filosofia.

Tomando de Bukle o modo de observar os fatos, de que se deduzem logicamente as conseqüências, concebeu igualmente a ideia de leis gerais segundo a história, à semelhança das leis fatais que regem os astros e produzem os fenômenos.

No positivismo caímos, portanto sob o guante da mesma fatalidade; e tanto basta para ser falso em tudo que respeita ao mundo moral.³⁰

Desse modo fica claro que para Vasconcellos o positivismo não tem utilidade para a história, pois se aplica ao mundo das ciências naturais e não “ao mundo moral”. “Nestas condições”, ele afirma, “rejeitando-se todas as doutrinas, inclusive a de Bossuet, que prega um fatalismo da Providência tão igual como o dr. Hegel [...], o remédio parece-me deparado no uso da hermenêutica do cristianismo, buscando-se com ela a solução desejada.”³¹

²⁹ _____. Discurso. Ata da sessão de inauguração do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, publicada na *Revista do Arquivo Público Mineiro*, p. 217.

³⁰ VASCONCELLOS, Diogo de. Discurso. Ata da sessão de inauguração do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, publicada na *Revista do Arquivo Público Mineiro*, p. 217.

³¹ _____. Discurso. Ata da sessão de inauguração do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, publicada na *Revista do Arquivo Público Mineiro*, p. 217.



Por “hermenêutica do cristianismo”, o autor demonstra compreender uma teoria composta por “três verdades”, que são, por sua vez, a Verdade Filosófica, “tríplice ciência das coisas intelectuais e morais”; a Verdade Religiosa, “conhecimento de Deus, manifestado no culto”, que por natureza ama o passado; e, por fim, a Verdade Política, que representa a ordem, ou seja, “a liberdade do direito natural do povo associado à soberania exercida pelo poder público”. De acordo com este raciocínio, é da interação entre estas três dimensões – política, religião e filosofia - que os “fatos” históricos acontecem, partindo-se do pressuposto da existência de uma “verdade” a respeito delas. A Verdade Política seria disputada pelas duas anteriores (Religiosa e Filosófica), mas elas se equilibram, pois mesmo que combatam entre si, nunca poderão se destruir. Ainda sobre este assunto, Vasconcellos afirma que “a maneira apaixonada [...] de se encarar na história o fenômeno do progresso dá em resultado das lutas os desvarios, que no desespero proclamam a fatalidade das coisas. O cristianismo, porém, separando aquelas três verdades e contendo-as cada uma em sua esfera e competência, restabelece a paz e salva a liberdade sem prejuízo da Providência.”³²

A imparcialidade também surge na fala do orador como um elemento importante para a escrita da história e ele nos oferece uma mostra do que entendia por “imparcialidade”. Diz Vasconcellos, “ao historiador [...] decorre o dever de assumir a tarefa, de todas a mais difícil, no campeonato das letras. [...] A crítica tem de ser [...] imparcial e justa, não somente com os tempos, se não ainda mais com os homens.” Os povos “não podem ser acusados ou defendidos senão pelas leis do século em que viveram; nem ser condenados por ideias, que não tiveram submetidos.”³³

Tal como fizeram Max Fleiuss e João Pinheiro, Vasconcellos traz ao fim de seu pronunciamento o descobrimento dos bandeirantes como o aspecto da história de Minas que deve ter lugar de destaque. Considerando os princípios historiográficos elencados acima, os historiadores mineiros deveriam ressaltar a “origem privilegiada” do Estado, pois é “descendente de generoso sangue paulista”. Para Vasconcellos, Minas Gerais possui uma tradição conservadora e católica, herança dos bandeirantes. Observe-se, portanto, que tanto João Pinheiro, quanto Diogo de Vasconcellos lançam mão do mesmo episódio para defender aspectos bastante diferentes. Enquanto o primeiro vê nos bandeirantes o exemplo

³² VASCONCELLOS, Diogo de. Discurso. Ata da sessão de inauguração do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, publicada na *Revista do Arquivo Público Mineiro*, p. 217-218.

³³ _____. Discurso. Ata da sessão de inauguração do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, publicada na *Revista do Arquivo Público Mineiro*, p. 218.



de luta e persistência, ressaltando as dificuldades que estes tiveram em relação à coroa, o segundo, a seu turno, resalta aspectos que lhe são caros: o conservadorismo e a religiosidade dos paulistas, deixando de lado os conflitos. Temos aqui a presença da experiência política ditando regras para a escrita da história.

Desenvolvimento da escrita da história nos primeiros anos

Apesar de toda a efervescência inicial e da importância que os membros do IHGMG viam na criação da associação, a produção realizada a partir de então deixou a desejar aos seus próprios membros em um período posterior (1927). Após a morte precoce de João Pinheiro, em 1908, o Instituto passará por dificuldades de ordem financeira. A falta de recursos para promover a publicação de sua revista – que estava prevista desde seu primeiro estatuto – e mesmo para se conseguir uma sede própria, gera desgastes a nível administrativo, o que ajuda a explicar, em uma perspectiva interna, a baixa quantidade na produção efetiva. Fatores externos podem também ser apontados, como a Primeira Guerra Mundial, que, para Ângela de Castro Gomes “produz um profundo impacto sobre os valores políticos acreditados no Ocidente”, como a ideia de “progresso e de civilização fundada em modelos universais ‘otimistas’, oriundos ou não de teorias científicas.”³⁴ Apontamos da mesma forma o ressurgimento do nacionalismo diante da situação colocada pela Primeira Guerra, o que enfraqueceu o federalismo e a ideia de “pequenas pátrias” no Brasil.

Por último, vale recordar que o IHGB absorveu para si a história de Minas Gerais como parte importante da história da República, pois fez um alto investimento no uso de elementos da história mineira, em especial a figura de Tiradentes, transformando-os em símbolos nacionais. É de iniciativa do IHGB que parte, por exemplo, em 1922, a preservação dos edifícios nos quais residiram personagens como Tiradentes, Marília de Dirceu e outros participantes da Inconfidência Mineira, pois os mesmos se encontravam em estado de deterioração.³⁵ A produção do IHGB sobre tais símbolos não encontrou uma grande concorrência no IHGMG pelo menos até fins da década de 1920.

A escassez e a diversidade de locais de publicação da produção dos membros do IHGMG – e tendo em vista que nem as atas das reuniões trazem de forma integral o conteúdo referente aos encontros – dificultam em muito a análise de forma sistemática da produção

³⁴ GOMES, Ângela de Castro. *A República, a História e o IHGB*, p. 66.

³⁵ Palavras sobre a preservação dos edifícios em que residiram Marília de Dirceu, Tiradentes e outros. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 1926, tomo 92, p. 392.



dos membros do IHGMG enquanto tais. Todavia, é possível analisar alguns artigos e discursos transcritos que aparecem no jornal *Minas Geraes*, na *Revista do Arquivo Público Mineiro* (RAPM), como também na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (RIHGB) e usar como complemento as publicações independentes, como a de Diogo de Vasconcellos, que lança sua *História Média das Minas Gerais* em 1918. Contudo, não é nosso objetivo, neste trabalho, o esforço de adentrar nesta produção historiográfica, ainda que a consideremos importante para a compreensão da escrita da história no período.

1927, um ano importante para a historiografia do Estado

Em 1927, Minas Gerais perde seu renomado historiador Diogo de Vasconcellos. Contudo, Vasconcellos viverá o bastante para presenciar a insatisfação dos membros em relação aos rumos que o IHGMG havia tomado. Há neste ano a tentativa de se reestruturar o Instituto Histórico de Minas Gerais, que recebe um novo fôlego graças ao incentivo do Presidente do Estado, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada. No discurso de Antônio Carlos, ele afirma de maneira enfática: “a história de Minas Geraes está ainda por ser feita”. Estava inaugurada uma nova fase da historiografia no Estado – ou pelo menos se havia a pretensão de uma nova fase.

Um artigo de comemoração aos vinte anos do Instituto é publicado no jornal *Minas Geraes*, de 24 de maio de 1927, e posteriormente, republicado na RAPM.³⁶ Naquele ponto, o Instituto já havia passado pela presidência de João Pinheiro da Silva, João Bráulio Moinhos de Vilhena, Virgílio de Martins de Mello Franco, Carlos Honório Benedicto Ottoni, Antônio Arnaldo de Oliveira, e de Rodolpho Jacob. Alguns membros dos quadros iniciais ainda permanecem na associação, mas a inserção de novos membros é alta. O artigo tenta reconstruir o desenvolvimento da associação desde sua fundação, passando por algumas de suas principais atas e chegando até a reunião de reestruturação do IHGMG. Curioso observar que este artigo é, em boa parte, formado pela reprodução de atas antigas, com uma sutil narrativa de fundo que tenta coordená-las – os documentos praticamente falam “por si”.

No discurso proferido por Antônio Carlos em fevereiro de 1927, ele afirma que, com exceção das obras de Xavier da Veiga e de Diogo de Vasconcellos, os estudiosos do assunto não podem encontrar mais nada além da “leve narrativa de episódios esparsos ou

³⁶ Instituto Histórico e Geográfico de Minas Geraes: Origem; histórico; fins; sede. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, vol. 21, n. 2, p. 101-145, abr./ jun. 1927.



monographias que, embora meritórias, valem a pena como ligeiros lineamentos para as grandes generalizações que o historiador do futuro terá de lançar.”³⁷ O discurso da “História Geral” ganha novamente força. Antônio Carlos propõe ainda que sejam feitas conferências mensais pelos membros do Instituto, trabalho que terá por objetivo lançar luz sobre os fatos que ainda permanecem obscuros, e contribuirá para a sistematização que terá de vir no futuro, como também para manter viva a memória dos homens do passado e de seus feitos.

Afonso Celso, diretor do IHGB, é então convidado para proferir o discurso de inauguração da série de conferências mensais, cujo tema era “Traços moraes do visconde de Ouro Preto”. Amplamente aplaudido, o discurso tem um caráter extremamente elogioso e deixa entrever o sentimento de nostalgia pelo período monárquico. O tema, assim como a condução dada por Afonso Celso na inauguração dessas conferências, deixa claro o posicionamento adotado pelo IHGMG. Se o Instituto havia nascido com um caráter majoritariamente republicano, direcionando seus esforços para o futuro, este entusiasmo sede lugar ao conservadorismo e ao saudosismo em relação ao passado monárquico. Encerrando o encontro, Antônio Carlos afirma que “as últimas palavras a serem proferidas, naquella memorável sessão, deviam ser somente as que bem traduzissem a veneração dos mineiros pela memória do visconde de Ouro Preto.”³⁸

Na ata da reunião seguinte, do dia 21 de abril, há transcrito o discurso do orador José Eduardo da Fonseca, que é sintomático da tentativa de rompimento com o passado do Instituto. Ele critica a “filosofia positivista” de Augusto de Lima (que ainda era membro da associação, mas não estava presente no dia), dizendo que era “uma philosophia negativa, assim como o evolucionismo e o pragmatismo, que vieram mais tarde [e] não passavam de simples hypotheses.”³⁹ Há nessa reunião – assim como na anterior – uma grande preocupação de rompimento com as práticas do passado da instituição, e com isso, a associação se posiciona de maneira ainda mais conservadora e fechada, lembrando que a década de 1920 foi um momento em que o Brasil vivia uma fase de efervescência cultural, mas também de certa insegurança política devido à “ameaça” comunista.

Uma última consideração se faz necessária. Retomando a sessão, após a crítica do orador, é lido o fim da sentença condenatória de Tiradentes. Em seguida, Aurélio Pires inicia seu

³⁷ Instituto Histórico e Geográfico de Minas Geraes: Origem; histórico; fins; sede, p. 117.

³⁸ Instituto Histórico e Geográfico de Minas Geraes: Origem; histórico; fins; sede, p. 127.

³⁹ Instituto Histórico e Geográfico de Minas Geraes: Origem; histórico; fins; sede, p. 127.



discurso. Não pretendemos detalhar este discurso, que trata de breves biografias elogiosas de “ilustres figuras” do estado, mas vale ressaltar um de seus pontos, quando ele afirma, por exemplo, que não há muito o que dizer sobre Tiradentes, pois sua história em Minas havia passado para o “domínio da lenda”, integrando-se ao imaginário popular. Por esse raciocínio notamos que, uma vez que a história não servia para questionar e sim para consolidar memórias, e a partir do momento que isto estava feito em relação à imagem de Tiradentes, torna-se um campo em que não são necessários maiores investimentos.

Apesar de toda movimentação no sentido de promover o renascimento do Instituto em 1927, as mudanças que ocorrem não são tão significativas quanto se pretendem. Para além de alterações nos quadros administrativos e de um relativo aumento da produção dos membros, o IHGMG permanecerá sem sua revista própria até 1945 e só terá direito a uma sede em 1967, migrando até então por salas no Congresso e na Faculdade de Direito.

Conclusão

Não temos condições atualmente de definir uma corrente historiográfica para o IHGMG em sua primeira fase e com essa afirmativa não declaramos que um dia teremos, visto que os esforços nesse sentido caminham na contramão da identificação de padrões. Dentro do Instituto percebemos interferências do positivismo, do cientificismo, da religiosidade, do classicismo greco-romano, do liberalismo estadunidense, de antigos monarquistas e republicanos, da valorização do futuro republicano e da valorização do passado imperial, e de toda uma gama de disjunções que se reuniram no mesmo espaço para consolidar a escrita da história do estado de Minas Gerais. Acreditamos que este elemento tenha contribuído para a proliferação dos projetos individuais que surgiram, assim como também o fez a falta da revista enquanto um espaço de diálogos.

Entretanto é possível identificar pontos de coesão que permitem incluir estes intelectuais no mesmo grupo, tomando inicialmente, como dissemos na introdução do texto, a ideia de “lugar social”. Para além da prática historiográfica propriamente dita, todos os membros do IHGMG pertencem à elite mineira, uma elite intelectual que compartilhava a maioria dos seus membros com a elite política. E a história escrita e discutida por essa elite tinha por objetivo servir ao Estado e justificar a predominância política de Minas Gerais no cenário da política nacional.

Apesar de, em um ou outro discurso, o povo ser colocado como sujeito dessa história, até mesmo a efetividade de seu contato com a produção do IHGMG pode ser questionada,



ainda que houvesse a presença das festas cívicas, dos monumentos e da publicação de algumas atas nos principais jornais, fazendo com que a produção atingisse um número maior de pessoas, o que não quer dizer, entretanto, que fosse popular, uma vez que hierarquizada. Recuperar a recepção da história do Instituto Mineiro é um trabalho à parte, mas podemos afirmar que atender aos anseios das camadas populares não era o principal objetivo da associação.

Um segundo aspecto a ser considerado está na direção de se refletir se foi a história ou a memória que mais se fez presente no Instituto, pois se há no discurso dos fundadores a preocupação de usar a história como ferramenta para a compreensão do presente – e assim, até mesmo como base de onde se planeja ações para o futuro –, essa ideia vai perdendo força até que na “segunda fase” a valorização da memória acrítica se faz predominante. À medida que a história sai de cena, é a memória que assume posição de destaque. Lúcia Paschoal Guimarães possui uma reflexão sobre o IHGB do período monárquico que nos ajuda a pensar o caso do IHGMG. Ela afirma que, “direcionados para a Memória, os idealizadores da Academia não se ocuparam da História. Embora o valor e a importância de Clio fossem lembranças permanentes na sua retórica dos dias de festa.”⁴⁰ E ainda, “nossos intelectuais se esmeraram no que diz respeito à Memória. Quanto à História, eles deixaram a desejar.”⁴¹ Em último caso, vale dizer que as nossas concepções – provindas de uma análise posterior, é claro – de memória e história muitas vezes se confundiam para estes intelectuais, com predominância e declarada preferência pelo aspecto da memória em suas narrativas.

Dessa forma, os membros do IHGMG conformam um grupo que tem origem comum – a elite letrada de Minas Gerais –, um objetivo comum, que é o de escrever uma história pautada na memória, para atender suas próprias necessidades perante o cenário da política nacional e a manutenção da tradição e do conservadorismo nesta prática historiográfica ao longo do tempo.

Recebido em 29/06/2013

Aprovado em 26/08/2013

⁴⁰ GUIMARÃES, Lúcia Paschoal. *Debaixo da imediata proteção de sua majestade imperial: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838 – 1889)*, p. 6.

⁴¹ _____. *Debaixo da imediata proteção de sua majestade imperial*, p. 114-115.